

REVISTA MARACANAN

Entrevistas

Entrevista com o professor Leonardo Marques (UFF)

Interview with professor Leonardo Marques (UFF)

Camila Corrêa e Silva de Freitas*

Universidade de Pernambuco
Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Antônio David**

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Rachel Saint Williams***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



Entrevista realizada por e-mail, entre os dias 31 de maio e 16 de julho de 2023, para o dossiê "A cor local: Ideias e discursos em contextos coloniais (XVI-XVIII) – recepção, reelaboração, produção", da *Revista Maracanan*.

* Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (camilacorreaesilva@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-1562-1323>

 <http://lattes.cnpq.br/5169338533705053>

** Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Doutor em Filosofia e graduado em História e em Filosofia pela Universidade de São Paulo. (mdsf.antonio@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-9857-6662>

 <http://lattes.cnpq.br/7265831200247186>

*** Pesquisadora em Estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa PNPd/CAPES. Doutora e Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (rachel.saint.williams@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-3167-4086>

 <http://lattes.cnpq.br/6086927886962074>

Gostaríamos de começar perguntando sobre a sua trajetória acadêmica. O tema da escravidão parece ter sempre estado no seu horizonte de interesse enquanto historiador. Na sua graduação, você se dedicou ao período final do sistema escravocrata no Brasil e ao imediato pós-abolição, e no seu doutorado na *Emory University* (EUA) sua pesquisa se voltou para o tráfico transatlântico de escravizados para as Américas entre os séculos XVIII e XIX. Você pode nos falar um pouco sobre sua escolha em ir estudar esse tema nos Estados Unidos com David Eltis? E, ainda, em que medida as suas vivências acadêmicas naquele país e a orientação de Eltis influenciaram o seu trabalho?

Antes de falar sobre esse período nos Estados Unidos, gostaria de dizer algumas palavras a respeito de minha formação aqui no Brasil. Fiz a minha graduação na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e foi principalmente depois de um inesquecível curso de América I com o professor Carlos Alberto Medeiros Lima (que, não por acaso, se tornaria também meu orientador na monografia de conclusão de curso) quando efetivamente senti que havia feito a escolha certa ao cursar História. A partir daquele momento fiz inúmeras disciplinas optativas sobre história da escravidão com o mesmo Carlos Lima, além de começar a desenvolver alguns projetos individuais sob a sua orientação. Foi nesse período, sob sua orientação, que dei meus primeiros passos nos métodos da história econômica, quantificando os dados de fontes como inventários post-mortem e outros documentos, tudo circulando ainda por meio de disquetes, coisa que já não existe mais (e que também não deixou saudade).

Um momento decisivo em minha formação foi quando consegui uma das bolsas de intercâmbio lançadas pelo projeto FIPSE-CAPES, do primeiro governo Lula, envolvendo três universidades brasileiras e três norte-americanas. Fiquei na Universidade da Carolina do Norte, em Charlotte, no segundo semestre de 2005, quando tive acesso a uma biblioteca espetacular (ao menos para o que eu conhecia na época) e pude conhecer dois professores incríveis, que também me marcaram muito naquele momento, o argentinista Lyman Johnson e o brasilianista Thomas Rogers. Quando voltei para o Brasil em 2006, estava cheio de energia para dar continuidade à pesquisa que vinha fazendo sob a orientação do professor Carlos Lima, sobre os últimos anos da escravidão e o pós-abolição no Paraná, mas agora armado de uma ampla bibliografia que levantei durante aquele semestre em Charlotte. O meu trabalho de conclusão de curso seria publicado pouco depois com o título *Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888* (2009). O livro trata do caso específico do Paraná, em especial Campo Largo, município ao lado de Curitiba, mas no primeiro capítulo tentei inserir essa história em uma discussão mais ampla a respeito da abolição nas Américas, o que já sinalizava para o meu antigo interesse por perspectivas comparadas e mundiais, e que só foi possível explorar por

conta daquela bolsa nos EUA no ano anterior.

Foi durante o meu período como bolsista em Charlotte, principalmente depois de uma sugestão do já citado Lyman Johnson, que comecei a pensar na possibilidade de fazer o doutorado direto nos EUA. Qual não foi minha surpresa quando chegou a carta de aceite do David Eltis, da *Emory University*, cujos trabalhos já havia conhecido por meio de Carlos Lima. Inicialmente, a minha intenção era continuar com a pesquisa sobre o fim da escravidão e pós-abolição que comecei na graduação, com uma possível comparação com São Paulo, mas a ideia foi rapidamente dando lugar à possibilidade de estudar o tráfico transatlântico de escravizados, principalmente pelo contato com as aulas e conversas com Eltis, que desde o começo se mostrou um orientador extremamente generoso e inspirador. A ideia do tema da tese veio efetivamente da leitura de um texto de síntese, que ele escreveu sobre a participação dos EUA no comércio de escravos, no qual sugeria ser um tema ainda subexplorado. No fim do segundo ano (lá os dois primeiros anos são apenas com disciplinas) transformei este no meu tema de doutorado, pois não apenas me parecia uma possibilidade interessante para explorar a história dos EUA, Brasil e Cuba articuladamente, mas também de escrever sobre a história dos EUA como um estrangeiro nos próprios EUA, coisa que sempre me divertiu muito, já que a norma sempre foi que latino-americanos nos EUA estudam América Latina, africanos estudam África, asiáticos Ásia, e assim por diante.

Fazer o doutorado nos EUA certamente teve um grande impacto intelectual em mim, não apenas pelo papel central de Eltis como meu orientador, mas pelo contato com inúmeros outros professores excelentes e acesso a recursos simplesmente inimagináveis para alunos latino-americanos (desigualdade que, felizmente, está um pouco menos acentuada – ao menos no que se refere à bibliografia – por conta de ações como a dessa grande heroína chamada Alexandra Elbakyan, dentre muitos outros heróis anônimos). Agora, é evidente que há diferenças gritantes entre as agendas historiográficas dos EUA e do Brasil. Muitas das questões que me pareciam fundamentais aqui, em minha graduação, eram tratadas como totalmente secundárias, ou até inexistentes nas conversas que passei a ter sobre história e historiografia por lá. Um procedimento comum entre muitos que vivenciam essa experiência é tratar essa diferença como sinal de atraso, desatualização historiográfica, dentre outros adjetivos para a historiografia brasileira, mas esse tipo de atitude sempre me incomodou muito também. Nesse sentido, sempre tentei permanecer conectado com o que acontecia na historiografia brasileira, e foi em função disso que, na reta final da escrita da tese (2012-13), tive contato com os trabalhos de Rafael Marquese e Dale Tomich, além de outros pesquisadores associados a eles, cujos esforços em tratar as histórias do Brasil, Cuba e Estados Unidos de modo integrado, por meio do conceito de “segunda escravidão”, imediatamente capturou a minha atenção e pareceu abrir caminhos extremamente ricos para pensar a minha tese de doutorado.

Quando me aproximei do final da tese, tinha a certeza de que queria voltar para o Brasil, por diferentes motivos, mas dentre eles o ambiente acadêmico brasileiro. A despeito de todos os problemas que sabemos existir por aqui, ainda acho que temos espaços extremamente ricos

para algumas discussões que raramente encontramos por lá e um corpo discente que sempre me animou muito. Ter entrado na UFF em 2015 felizmente confirmou tais expectativas.

O “nacionalismo metodológico” com frequência é mencionado em seus textos como um obstáculo a ser superado no intento de cunhar interpretações historiográficas que efetivamente consigam capturar, por exemplo, a complexidade do sistema histórico capitalista, ou ainda, das dinâmicas de entrelaçamento entre Europa e Américas. Nesse sentido, você poderia esclarecer para os nossos leitores o que identifica como “nacionalismo metodológico” e explicar quais seriam os principais prejuízos causados pelo mesmo na produção historiográfica?

Sabemos bem que o “pecado original” da História enquanto disciplina foi o seu papel de legitimadora dos Estados-Nações no século XIX, e não por acaso algumas das principais perspectivas historiográficas do século XX buscaram também transcender narrativas guiadas exclusivamente pelo estado, a começar pelas propostas de história comparada e geo-história da Escola dos *Annales*, dentre outras. Uma das propostas mais estimulantes nesse esforço para se transcender o Estado-Nação como motor da análise histórica, a meu ver, veio com a perspectiva de sistemas-mundo, originalmente desenvolvida por Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein no *Fernand Braudel Center*, na Universidade de Binghamton, em Nova Iorque, e levada adiante por vários interlocutores críticos, como Dale Tomich, Philip McMichael, Giovanni Arrighi, Gillian Hart, Sidney Mintz, Michel-Rolph Trouillot, dentre tantos outros.

Quando falo em “nacionalismo metodológico” em meus trabalhos recentes, tenho em mente principalmente a crítica metodológica produzida por esse conjunto de pesquisadores. A perspectiva de sistemas-mundo foi por muito tempo recebida no Brasil como uma simples versão da teoria da dependência, para então ser descartada como superada. Apontam-se erros empíricos aqui ou uma leitura excessivamente determinista ali. Mas o mais importante dessa abordagem está no modo de ver as coisas, na perspectiva lançada por esses pesquisadores, que nunca trataram a abordagem como uma teoria fechada e acabada. A crítica dos próprios pressupostos do pesquisador, dos seus procedimentos e dos instrumentos de trabalho herdados de uma visão de mundo específica são questionados e transformados em objeto da própria investigação histórica. Daí a crítica radical ao que descrevem como um “nacionalismo metodológico”, o procedimento de limitar a análise às fronteiras políticas de estados específicos. É importante lembrar que algumas das primeiras formulações da perspectiva de sistemas-mundo surgiram do trabalho de Wallerstein como sociólogo na África após a Segunda Guerra Mundial. Formado na tradição das teorias da modernização que surgiram com força naquele momento, o sociólogo norte-americano rapidamente percebeu que tais teorias isolavam o estado-nação para explicar os motivos do atraso e as possibilidades de desenvolvimento de diferentes países africanos, com receitas possíveis de serem adotadas por políticas nacionais de modo a produzir as transformações desejadas. O problema é que as sociedades nunca estão isoladas, ontem ou

hoje; elas são sempre parte de um “conjunto de conjuntos”, para citar uma formulação de Fernand Braudel que está também na base da perspectiva de sistemas-mundo.

Herdamos essa forma de ver o mundo a partir da institucionalização das ciências sociais no século XIX, estruturas de conhecimento que continuaram a ser reproduzidas por perspectivas como as das teorias da modernização de meados do século XX, e que permanecem vivas nos debates contemporâneos sobre desigualdades globais ou crise ambiental. Essa institucionalização do XIX delineou tarefas bem definidas: a História cuida do passado (especificamente dos estados europeus, em um primeiro momento), a Economia Política deu lugar às disciplinas de Ciência Política e de Economia, como se política e economia pudessem ser tratados como campos autônomos de investigação, enquanto a Sociologia se dedicaria a essa coisa chamada “sociedade”. Todo esse processo tinha como base uma visão específica do indivíduo e de seu comportamento em cada uma dessas esferas isoladas, mas que foi apresentada como universal e tomada como um pressuposto básico de qualquer análise. A perspectiva de sistemas-mundo não foi a primeira e nem a única a criticar todo esse processo (até porque ela se baseia em diferentes tradições que a antecederam), mas é uma das que o fez de modo mais eficiente e explícito, colocando isso no centro de todo o debate e implodindo pressupostos ocultos das ciências sociais como o individualismo metodológico ou o nacionalismo metodológico, no fim das contas duas faces de uma mesma moeda.

A crítica da noção de “sociedade” e a sua substituição pela ideia de “sistema histórico” que informa a perspectiva de sistemas-mundo é expressão desse esforço em superar os limites que descrevi anteriormente. Aqui, a distinção feita entre “unidade de observação” e “unidade de análise” empregada por vários dos pesquisadores mencionados anteriormente, é fundamental. A nossa unidade de observação pode ser a bela Itaipuaçu, em Maricá, aqui ao lado de onde respondo a esta entrevista, ou o Brasil ou a América Latina ou qualquer outro espaço elencado para ser objeto da análise, independentemente de seu tamanho. Mas tal seleção é apenas a unidade de observação por meio da qual podemos observar os inúmeros processos que formam e são formados por esses espaços específicos. Esse conjunto de processos, que são melhor abarcados pela noção de sistema histórico, é que deve formar a unidade de análise apropriada a qualquer unidade de observação.

Na direção oposta, a história global oferece uma alternativa ao recorte espacial do Estado-Nação que durante muito tempo foi percebido como unidade básica da reflexão histórica. Além dessa alternativa teórica, o que você destacaria como os principais ganhos analíticos advindos da adoção dessa perspectiva historiográfica?

Essa pergunta é excelente para continuarmos a discussão iniciada com a pergunta anterior, pois podemos ver não apenas os ganhos, mas também os limites da abordagem. Sem dúvida houve inúmeros ganhos com o surgimento da *Global History* na academia anglo-americana, em especial uma reconsideração radical da história das sociedades asiáticas, por

muito tempo tratadas como estáticas, pontos de comparação mobilizados apenas para realçar o excepcionalismo do Ocidente. Os trabalhos dos especialistas em Ásia, como Bin Wong e Kenneth Pomeranz, dentre muitos outros, foram fundamentais nesse deslocamento, que também contou com a participação decisiva de figuras como Andre Gunder Frank e Jack Goody. Enquanto professor de América colonial, vejo como se tornou praticamente impossível desenvolver o curso sem explorar, por exemplo, a importância da China nos fluxos globais de prata ou da Índia na constituição do comércio transatlântico de escravizados (fornecendo boa parte dos tecidos de algodão que eram carregados para a costa da África).

Outra importante contribuição temática do campo consistiu em reacender os antigos debates sobre capitalismo e escravidão, que ficaram adormecidos nas últimas décadas do século XX. Por muito tempo acreditou-se que o debate foi resolvido pelas contribuições da Nova História Econômica e dos debates marxistas sobre modos de produção na década de 1970, com a conclusão – que se tornou amplamente enraizada – de que o colonialismo na América teve pouca ou nenhuma importância para o desenvolvimento do capitalismo. A obra de Pomeranz recoloca a questão em termos ambientais ao mobilizar a noção de “acres fantasmas”, mas diria que o movimento geral rumo a perspectivas mais amplas estimulou o debate como um todo, desembocando na chamada *New History of Capitalism*. Uma não se resume à outra e há diferenças importantes entre a *Global History* e a *New History of Capitalism*, às quais voltarei em instantes, mas gostaria apenas de frisar essas duas grandes contribuições temáticas vindas desses debates: um novo olhar para a história da Ásia e uma reconsideração da importância da escravidão na América para a história da Europa. Em termos analíticos, houve um estímulo para se pensar em termos mais amplos, olhar para conexões, entrelaçamentos, integrações e assim por diante.

Agora, em minha leitura, há limites muito claros em boa parte das abordagens da *Global History*. O primeiro deles é uma necessidade permanente de “reinventar a roda” na historiografia contemporânea, particularmente acentuada na academia anglo-americana. Figuras como Sebastian Conrad e Sandra Kuntz Ficker, por exemplo, reconhecem como as gerações iniciais da Escola dos *Annales* e a perspectiva de sistemas-mundo anteciparam várias das questões que ocupam o debate dos últimos 20 ou 30 anos em torno da história global, mas os dois são exceções. A norma é geralmente tratar tudo como uma grande novidade, um marco inédito na historiografia mundial (e por isso gosto de usar o termo em inglês para me referir a essa versão recente do campo, em todo seu provincialismo). O movimento é muito semelhante ao que vimos em relação à *Atlantic History* poucos anos antes. A História Atlântica já vinha sendo construída concretamente ao longo do século XX por figuras como Vitorino Magalhães Godinho, Frédéric Mauro ou o próprio Braudel, dentre outros, mas, de repente, foi reinventada por um conjunto de pesquisadores dos Estados Unidos, com pouco lugar para as tradições que já estavam aí. O problema fica ainda mais grave quando incluímos a discussão em torno de tradições historiográficas caribenhas e latinoamericanas. Os dois principais livros fundadores do campo de história atlântica, um de autoria de Bernard Bailyn, o outro organizado por Jack Greene e Philip

Morgan, não fazem praticamente qualquer referência à tradição caribenha de figuras como Eric Williams e C. L. R. James. Tradições latino-americanas, por sua vez, estão completamente ausentes. O mesmo pode ser dito em relação à *Global History*.

E a questão não é simplesmente geográfica. A negligência da perspectiva de sistemas-mundo por essa historiografia ignora décadas de um amplo debate que se deu de forma efetivamente global, ali sim com uma interlocução muito mais ampla com múltiplas tradições. Basta uma passada pelas páginas do periódico do Fernand Braudel Center para se deparar com autores de diferentes partes do mundo, incluindo Brasil (um dos primeiros números conta com um artigo de Paula Beiguelman a respeito do fim da escravidão no Brasil). Mas também não acho que temos que perder o sono por causa disso. Se o pessoal não quer ler grandes obras da historiografia latino-americana, paciência, mais preocupante é quando nós mesmos fazemos isso, abraçando esse espírito novidadeiro que faz terra arrasada de tudo que veio antes.

Outro limite, este mais sério, diz respeito às heranças do século XIX nas Ciências Sociais de que eu falava, que permanecem vivas aqui também, a despeito do esforço em transcender o Estado-Nação. Parte da voga em torno da *Global History*, bem como da *World History* antes dela, está ligada ao fim do “comunismo real” na virada para a década de 1990 e à expansão da assim chamada globalização a partir de então, o que se refletiu em narrativas extremamente influentes da história humana como uma história de expansão das trocas e mercados, *topos* recorrente em inúmeros *textbooks* de história usados nas universidades norte-americanas. Eventualmente, o próprio conceito de capitalismo desapareceu desses estudos ou foi denunciado como uma invenção eurocêntrica, como fez Jack Goody em seu popular *O roubo da história*, perspectiva que combina muito bem com a ideia de Andre Gunder Frank, elaborada em torno da mesma época, de que o capitalismo teria não 500, mas 5000 anos. Ao estender o capitalismo para diferentes épocas e espaços, via de regra interpretado como sinônimo de mercado, este se porta como uma expressão da natureza humana, reflexo de uma suposta propensão humana à barganha, na famosa sugestão de Adam Smith, que se tornaria parte do credo liberal. Não por acaso, um autor como Karl Polanyi, que colocou a crítica a tal perspectiva no centro de sua obra, permanece sendo uma figura altamente marginalizada na historiografia contemporânea estadunidense, geralmente tratado como superado, principalmente na história econômica de inspiração neoclássica.

Então trata-se de algo muito curioso: os debates em torno da *Global History* reabriram os debates sobre as relações entre capitalismo e escravidão, mas esvaziaram o primeiro termo de seu sentido histórico, eventualmente descartando-o como irrelevante. No fundo, boa parte dessas contribuições permanecem presas nas categorias da própria economia política, que tendem a apresentar como universais elementos que são historicamente específicos.

Recentemente, em parceria com Alexander Gebara, você organizou uma publicação *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI e XIX) (2023)*, que reúne diversos trabalhos com evidências bastante fortes da

circulação de bens materiais em circuitos geográficos variados. Tais evidências inferem, ou deveriam inferir, diretamente nas interpretações historiográficas acerca dos processos econômicos que configuraram a época moderna. Para além dessa evidente circulação material, gostaríamos de abordar uma circulação um pouco menos palpável, aquela relacionada ao mundo das crenças religiosas, cosmovisões, formas de percepção do tempo, ideias políticas, práticas culturais e conceitos que compõem, em sua variedade, o objeto privilegiado desse Dossiê. Você acredita que a análise da circulação, apropriação e produção relativas a esse universo “imaterial” pode ser feita de forma conexa à apreensão das cadeias mercantis? Em outras palavras, de quais estratégias poderíamos lançar mão para alinhar, no âmbito da reflexão historiográfica, essas searas que, no mundo das práticas, não podem ser desassociadas?

Ótima questão! Desde que entrei na UFF, tenho ocasionalmente lecionado uma disciplina de história das mercadorias na qual dedico cada aula a uma mercadoria distinta, além de deixar os alunos explorarem mercadorias específicas em seus trabalhos finais. Já saiu muita coisa legal, de história da pólvora a história do gelo. Mas uma coisa que reparei nesses cursos e nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos foram as inúmeras possibilidades de se explorar história política, geopolítica, econômica e sociocultural de modo integrado a partir das trajetórias de mercadorias específicas. Uma das coisas que mais me encantam na abordagem é a possibilidade de tratar a materialidade de processos mais abstratos, como a história do dinheiro e das finanças, que tem na história da mineração uma de suas faces, mas também coisas como a história da arte ou da moda, que se ligam à história dos corantes. Há uma base de dados extremamente interessante sobre o pintor holandês Johannes Vermeer,¹ por exemplo, na qual é possível ver os pigmentos usados em obras específicas. Acho fascinante olhar para obras como *A carta de amor* ou *A moça com brinco de pérola* e pensar que a cochonilha usada no primeiro ou o anil usado no segundo podem ter sido produzidos, respectivamente, por indígenas de Oaxaca ou africanos escravizados no Caribe (para não falar nada da pérola, possivelmente pescada na costa da Venezuela). Procedimento semelhante pode ser adotado em relação a qualquer outra área. Quais foram as bases materiais da ilustração? Um exercício que sempre exploro nessas disciplinas é tratar, por exemplo, a bibliografia sobre esfera pública, a começar por Habermas, à luz da história do café e do açúcar, o que inclui a transformação radical de Saint Domingue ao longo do século XVIII. Afinal, foram as xícaras com bebidas quentes adoçadas que energizaram as casas de café europeias, uma das bases da circulação daquelas ideias. Outro exemplo: um dos meus alunos nesse curso de história das mercadorias, Juliano Whitaker, fez um excelente trabalho (que eventualmente se tornaria também seu tema de mestrado) sobre a cera de abelha na África, cuja demanda era formada principalmente pela produção de velas, o que, por sua vez, se liga à

¹ *Essential Vermeer 3.0.* (Site). Disponível em: <http://www.essentialvermeer.com>. Acesso em: ago. 2023.

história do catolicismo e das crenças religiosas. E assim vai, os exemplos possíveis são inúmeros. Então um primeiro caminho é esse, e que está ligado também ao meu interesse em História Ambiental: explorar a materialidade de diferentes processos históricos, incluindo os mais abstratos como ideias, crenças, preferências estéticas etc.

Agora, um caminho distinto também pode ser explorado ao percorrermos as bases do surgimento de mercadorias específicas. Se pegarmos, por exemplo, o chocolate, uma das mais amadas mercadorias de nossa época, vemos que a sua base remonta à história profunda da América, com tecnologias indígenas desenvolvidas em processos multisseculares, com usos ritualísticos que nos permitem compreender diferentes aspectos daquelas sociedades, como mostra o excelente trabalho de Marcy Norton, *Sacred gifts, profane pleasures: a history of tobacco and chocolate in the atlantic world* (2008). O mesmo vale para o mate, a coca, a mandioca, a batata, o milho, dentre tantas outras invenções da América profunda. Ao lançarmos um olhar mais amplo sobre a trajetória das mercadorias, temos uma base importante para comparações que colocam em cena diferentes práticas, visões de mundo, etc. Uma coisa é o uso de tudo isso na América Antiga, outra coisa é a sua apropriação pelas cadeias mercantis da era moderna, com a instauração de novos ritmos de produção e consumo que servem, em última instância, às pressões instauradas por processos de acumulação de capital.

Assim, adotando o ponto de vista da América em uma história das mercadorias em perspectiva ampliada, conseguimos observar não apenas a grande ruptura produzida pelo colonialismo na era moderna, mas também como o capitalismo colonial se apropriou de (e ressignificou) tecnologias e práticas milenares. O mesmo vale para a mineração na América, uma história milenar que com frequência é mobilizada por governos e empresas contemporâneos para justificar suas atividades (basta observar os discursos em torno do “homem de cobre” de Chuquicamata, no Chile), mas que possuía significados radicalmente distintos do que foi a mineração dos últimos cinco séculos.

Uma história puramente econômica dessas mercadorias jamais permitiria apreender tais transformações. Nesse sentido, um dos grandes potenciais das histórias das mercadorias é a possibilidade de transcender as separações habituais entre história econômica, história política e história cultural e tratar todos esses aspectos de modo unificado. Uma história total, na melhor acepção do termo. As melhores histórias das mercadorias buscam fazer exatamente isso, como é o caso da história do açúcar por Sidney Mintz (*Sweetness and Power*) ou do petróleo de Timothy Mitchell (*Carbon Democracy*). Com frequência a história das mercadorias é vista como sinônimo de história econômica, mas essa me parece uma apreensão muito limitada do seu potencial.

Em uma publicação recente, você sustenta que “o tratamento crítico de nossas tradições historiográficas abre caminhos não apenas para questionarmos nossas próprias categorias de análise (e, conseqüentemente, as categorias de percepção dos problemas contemporâneos), mas também para a apropriação criativa de abordagens

marginalizadas por consensos historiográficos que se amparam na geocultura do capitalismo” (MARQUES, 2023, p. 4). Talvez um movimento semelhante possa ser identificado nas críticas realizadas pelas perspectivas teóricas pós-colonial e decolonial que, apesar de sua enorme variabilidade interna, dividem como característica comum a denúncia dos efeitos do eurocentrismo na produção de conhecimento das ciências humanas. Você concorda que existem marcas eurocêntricas ainda hoje na produção historiográfica? Em caso afirmativo, seria possível superá-las?

Essa é espinhosa, mas vamos lá. Confesso que tenho uma leitura algo particular do debate em torno do eurocentrismo, em parte porque há um certo anti-eurocentrismo raso que tende a confundir as coisas, que mistura ideologia com geografia. Nessa acepção, tudo que vem do Atlântico Norte é necessariamente ruim em oposição a uma suposta autenticidade nativa do resto do mundo. Agora, se pensarmos o eurocentrismo como uma estrutura de conhecimento que se apresenta como universal, um dos sustentáculos do sistema mundial capitalista, então conseguimos observar como alguns de seus principais críticos surgem da própria Europa e são apropriados criticamente em outras partes do mundo ao longo do século XX. É possível pensar algumas das principais tradições intelectuais latinoamericanas, incluindo o pensamento decolonial, sem referência a Marx? Me parece que não. Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de frisar. É possível encontrar tanto práticas intelectuais eurocêntricas em outras partes do mundo quanto críticas importantes ao eurocentrismo dentro da própria Europa ou Estados Unidos. Estou sendo um pouco caricato na formulação aqui, mas me parece importante destacar esse ponto pois é o tipo de argumento que vemos recorrentemente nas redes sociais e, por extensão, nas salas de aula.

Agora, uma questão mais séria é a forma que a crítica ao eurocentrismo tomou especificamente nos debates em torno da *Global History* e na historiografia anglo-americana em geral, e aí volto a um ponto que mencionei rapidamente antes. Trabalhos como os de Jack Goody e Kenneth Pomeranz derrubaram a ideia de uma Europa toda poderosa a partir do século XVI, que teria ascendido por suas supostas excepcionalidades. Não apenas ela não era tão poderosa quanto se imaginava, mas vários de seus traços eram comuns a (ou mesmo apropriado de) outras partes do mundo, como avanços científicos, formas de organização familiar, padrões de consumo, dentre vários outros. Tratava-se de um mundo policêntrico, com diferentes centros altamente dinâmicos. Essa reconsideração nos fez olhar de nova forma para a Ásia, e já comentei como essa me parece ter sido uma das grandes contribuições do campo.

O problema está no movimento de colocar o capitalismo também nesse pacote de invenções eurocêntricas, porque o resultado é o achamento de todas as realidades históricas a partir da percepção de um mesmo comportamento com os mercados e as trocas, uma forma de individualismo metodológico radical que prossegue com muita força na academia anglo-americana. No fundo, acabamos nos deparando com uma forma de anti-eurocentrismo

eurocêntrico, como bem colocou Wallerstein em uma crítica à ideia de um capitalismo de 5.000 anos proposta por Frank. Esse individualismo metodológico inclusive se estende para além da análise de mercados.

Vou usar o exemplo da América Colonial para ilustrar um pouco melhor o problema e explorar algumas de suas dimensões menos óbvias. Como em outras partes do mundo, o último meio século testemunhou um movimento (muito bem-vindo, por sinal) de reconsideração das ações, práticas e pensamentos das populações oprimidas pela expansão do capitalismo colonial. No lugar de uma antiga ênfase na violência e destruição da Conquista, passou-se a enfatizar a resiliência e a capacidade de resistência de indígenas e africanos na América. Em termos historiográficos, digamos que passamos de Todorov a Restall. Até fins do século XX, *A Conquista da América* (1991) do Todorov era leitura obrigatória em todos os cursos de América; no XXI, o paradigma tornou-se o *Sete mitos da conquista espanhola* (2006), de Matthew Restall. A leitura de Todorov a respeito da Conquista passou a ser vista como profundamente eurocêntrica por enfatizar duas formas distintas de pensamento que em última instância deram vantagem aos espanhóis no conflito: na leitura mais caricatural, europeus pensariam em linha reta enquanto indígenas estavam presos a um pensamento circular. O exemplo clássico do argumento é o de que os indígenas pensaram que os europeus eram deuses em função de suas cosmologias e visões de mundo, e, assim, se viram imobilizados por tal crença (ainda que o próprio Todorov mencione que essa imagem rapidamente se dissipou diante das ações europeias). De acordo com Restall, em um texto sobre a Nova Filologia, escola fundada por James Lockhart que efetivamente revolucionou os estudos sobre o México pré-colombiano e colonial, e à qual ele se filia, Todorov seria parte de uma “escola francesa” (junto a Lévi-Strauss, Duverger e Gruzinski) que enfatizou principalmente a decadência cultural promovida pela Conquista.

Em oposição a essa perspectiva, a Nova Filologia, e o trabalho de Restall talvez seja a sua manifestação mais popular, postula a enorme resiliência das culturas indígenas a partir da análise da documentação produzida nas próprias línguas nativas. Essa leitura de culturas indígenas altamente vibrantes combina bem com a visão amplamente compartilhada por adeptos da *Global History* de um mundo policêntrico pré-1800, bem como de uma Europa bem menos poderosa do que se imaginava. Nesse movimento, a própria Conquista passa a ser vista como bem menos efetiva. O problema é que a América não é a África ou a Ásia. Aqui, a população nativa de mais de 50 milhões de indivíduos foi reduzida em 90% como resultado da combinação entre guerra, trabalho coercivo e doenças, e também por isso o capital encontrou um ambiente relativamente mais livre para se expandir. Não por acaso, as formas mais industriais de exploração do trabalho, como as plantations escravistas do Caribe ou a mita nos empreendimentos mineradores, afloraram na América e não no Velho Mundo. E a transformação da América pelo capitalismo colonial me parece ser um componente fundamental da grande transformação posterior da Europa, quando aí sim esta conseguiu penetrar profundamente na África e na Ásia ao longo do longo século XIX. O problema é que a crítica ao eurocentrismo com frequência tomou a forma de uma crítica à projeção do poder europeu, que, sim, tinha

importantes limites, principalmente na África e na Ásia, mas que não deixou de ser extremamente eficaz na construção de sistemas de exploração do trabalho na América. Então um primeiro problema que enxergo nesse debate, quando pensado a partir da América, é uma certa tendência a diminuir os efeitos dessa projeção do poder europeu e de transformação radical de partes específicas do hemisfério, incluindo o México.

Há um segundo aspecto desse debate sobre eurocentrismo, este ainda mais complexo, que também pode ser visualizado nesse contraponto entre Todorov e Restall que estou descrevendo aqui. Restall dedica um capítulo inteiro de seu livro ao "mito da desolação nativa", que foca em grande medida na ideia de que os indígenas pensaram que os espanhóis eram deuses. Ali, ele faz uma rápida referência neutra ao famoso debate entre Sahlins e Obeyesekere em torno do capitão Cook e os havaianos (que, na leitura clássica de Sahlins, também interpretaram a chegada de Cook de acordo com suas predisposições culturais, associando-o a uma de suas divindades), mas incorpora por completo a perspectiva de Obeyesekere, que argumenta que os havaianos jamais associaram os europeus a divindades e sim operaram estrategicamente de acordo com uma "pragmática do senso comum". É esta a base do argumento de Restall em sua crítica a Todorov e outros.

Mas do que se trata essa pragmática do senso comum? Aqui eu acho que Sahlins levanta um ponto fundamental em sua resposta às críticas de Obeyesekere quando argumenta que essa "pragmática do senso comum" está na verdade muito próxima de um "realismo burguês de senso comum", ou seja, uma visão de mundo historicamente específica que, no entanto, é universalizada. O grande perigo está no achatamento radical da diferença que essa perspectiva produz, colocando em seu lugar um mundo à nossa imagem e semelhança. Acabamos desembocando novamente em uma forma de anti-eurocentrismo eurocêntrico: no lugar de nativos totalmente amarrados em suas "camisas de força" culturais, colocam-se indivíduos atuando de acordo com uma lógica ocidental. Assim, uma visão de mundo específica, uma teoria do agente racional, é universalizada e naturalizada, reproduzindo as estruturas de conhecimento que sustentam o capital.

Por isso o meu comentário, que você menciona em sua pergunta, sobre "consensos historiográficos" e tradições negligenciadas. Em que pesem todos os limites da obra de Todorov, Lévi-Strauss e outros da chamada "escola francesa" descrita por Restall, a ênfase dada por aqueles pesquisadores à diferença, à existência de diferentes racionalidades, diferentes culturas, ainda me parece ter algo importante a nos ensinar, principalmente em um momento no qual fica mais evidente que um modo de vida historicamente específico - o do capitalismo - está tornando a vida humana (e, em alguma medida, extra-humana) no planeta insustentável. Desnaturalizar esse modo de vida passa por reconhecer a sua historicidade e, ao fazê-lo, podemos perceber as diferenças no tempo e no espaço. Dei essa enorme volta para dizer que, sim, acredito que há muitas marcas do eurocentrismo na produção historiográfica até hoje, mas muitas vezes de formas mais sutis do que imaginamos à primeira vista. Também acredito ser possível superá-las, mas um passo importante para tanto é desmontarmos alguns consensos historiográficos

que com frequência tendem a reproduzir as mesmas estruturas de conhecimento do capital (o eurocentrismo sendo uma delas).

Referências

MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexander (Orgs.). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. Vol. 1. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2023.

MARQUES, Leonardo. *Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MARQUES, Leonardo. Sobrevivendo no inferno: a escrita da história na eco-crise global. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 92, jan.-abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n92-05>.

MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The place of sugar in Modern History*. New York: Viking Penguin, 1985.

MITCHELL, Timothy. *Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil*. London; New York: Verso, 2011.

NORTON, Marcy. *Sacred gifts, profane pleasures: a history of tobacco and chocolate in the atlantic world*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 2008.

RESTALL, Matthew. *Sete mitos da conquista espanhola*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.